

AMBIENTE

Denúncias contra o Ibama no sul da Bahia

Governo lança projeto de recuperação da mata atlântica em meio a protestos e suspeitas

EDSON LUIZ
e SANDRA SATO

BRASÍLIA – O ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, lança amanhã o programa de gestão ambiental integrada no Parque Nacional de Monte Pascoal, em meio a inúmeras denúncias de corrupção e omissão contra funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no sul da Bahia. O programa visa recuperar os remanescentes de mata atlântica, mas, conforme organizações não-governamentais ambientalistas, na região têm ocorrido desmatamentos, queimadas criminosas, uso e ocupação irregular do solo, especulação imobiliária, pesca predatória, turismo impactante e destino irregular do lixo, entre outras.

Em janeiro, entidades integrantes da Rede de ONGs da Mata Atlântica enviaram denúncias ao então ministro do

Meio Ambiente, José Sarney Filho, e ao então presidente do Ibama, Hamilton Casara. As ONGs pediam uma auditoria nos escritórios do Ibama no sul da Bahia. Querem também o imediato remanejamento dos funcionários sob suspeita de envolvimento em irregularidades e a suspensão definitiva da exploração de madeiras.

Irregularidades – O técnico em assuntos educacionais do Ibama Alberto Chaves Paraguassu foi a campo e presenciou várias irregularidades. “O que pudemos constatar até o momento é apenas uma pequena ponta do iceberg de omissão e prevaricação existente no Ibama no sul da Bahia”, resumiu, em documento enviado a Casara. Paraguassu alertou para a necessidade de medidas urgentes, sob pena de o órgão cair em descrédito na sociedade, além de trazer grandes prejuízos para o remanescente de mata atlântica.

Paraguassu identificou que o

Ibama em Eunápolis estaria fornecendo autorização para transporte de produto florestal para madeira em lista oficial da flora brasileira ameaçada de extinção, como o pau-brasil. A exploração dessa madeira é proibida pela portaria 37-N de abril de 1992 e pela Lei 6.607.

O técnico também relatou o preenchimento errado de auto de infração, beneficiando o infrator. Paraguassu conta que se surpreendeu com um auto de infração que mencionava ape-

nas 40 das 360 estacas de madeira nativa da mata atlântica, encontradas na propriedade de um fazendeiro.

Além das incorreções, o auto de infração sequer fora lavrado, o que, na opi-

nião de Paraguassu, torna “a gerência executiva do Ibama em Eunápolis conivente com o crime ambiental cometido”. Ele explica que, se o auto tivesse sido lavrado, o caso poderia ser remetido ao Ministério Público para que fosse exigida a recuperação da área degradada.

**ONGS
DETECTARAM
VÁRIOS
DESMANDOS**